

MEIO AMBIENTE

Expansão urbana aumenta o calor no DF

Especialistas explicam como o crescimento desordenado, a perda de áreas verdes e a desigualdade na arborização intensificam a temperatura e reduzem a umidade entre regiões da capital federal, além de destruir o bioma

» ANA CAROLINA ALVES

Ed Alves/CB/DA Press



Serrinha do Paranoá é considerada área ambientalmente sensível sob pressão urbanística

Arquivo pessoal



Esse movimento de transpiração das plantas, enquanto elas estão fazendo fotossíntese, acaba liberando água para a atmosfera, o que arrefece a temperatura, podendo haver uma diferença de até 10 graus Celsius entre uma área urbana e uma área com cobertura vegetal”

José Francisco Gonçalves Júnior, profº do Departamento de Ecologia da UnB

de gases de efeito estufa, provenientes principalmente de combustíveis fósseis e queimadas, responsáveis pelo aquecimento global.

Já a adaptação ocorre em escala local. “No caso do Distrito Federal, ele é a unidade da Federação que menos emite gases de efeito estufa. Ou seja, não tem muito o que o DF possa fazer em relação a questões que são planetárias. A gente é uma unidade muito pequenininha”, afirmou. Por outro lado, considerando que as mudanças climáticas estão em curso e tendem a intensificar eventos extremos, como chuvas mais fortes e calor intenso, ele defende a necessidade de preparar as cidades

para lidar com esses impactos.

Della Giustina aponta a ocupação irregular como um dos fatores que agravam a vulnerabilidade urbana diante desses fenômenos. Segundo ele, áreas sem planejamento carecem de projetos de drenagem pluvial e de estruturas capazes de amortecer chuvas intensas, reduzindo a força do escoamento para evitar alagamentos, erosão do solo e danos aos ecossistemas aquáticos. “Quando você tem uma ocupação irregular, não há nenhum tipo de estrutura. Ocorre a impermeabilização do solo, com a construção das casas e das vias”, explicou.

Com a impermeabilização, acrescenta o especialista, a água da chuva deixa de infiltrar no solo e de abastecer o lençol freático, comprometendo a recarga hídrica que mantém as nascentes. “A chuva cai direto nessas áreas impermeabilizadas e escorre 100% para o córrego, com muito mais força, muito mais velocidade”, afirmou. O processo pode gerar enchentes, alagamentos e erosão, além de reduzir a perenidade das nascentes, essenciais para o abastecimento público.

Em Brasília, os principais riscos associados às mudanças climáticas são o aumento da intensidade das chuvas e a possibilidade de escassez hídrica durante o período de seca, dizem os especialistas. “Se você tiver essa infraestrutura, o planejamento dos projetos de urbanismo contemplando todas essas questões, teremos uma cidade muito mais resiliente às mudanças climáticas. Então, tudo isso faz parte da adaptação”, ressaltou.

Deserto urbano

A desigualdade na distribuição da arborização e das áreas verdes no Distrito Federal produz impactos ambientais e sociais que se conectam diretamente, avaliou a urbanista, especialista em meio ambiente e professora do curso de engenharia civil da Estácio Brasília Samya Gomes Veloso. Segundo ela, embora Brasília tenha sido planejada como uma cidade-parque, essa característica não se espalhou de forma uniforme pelo território.

“Bairros com poucas árvores e muitas superfícies de concreto e asfalto aquecem mais, perdem

Arquivo pessoal



Bairros com poucas árvores e muitas superfícies de concreto e asfalto aquecem mais, perdem capacidade de infiltração das chuvas e apresentam maior escoamento superficial, enquanto a umidade do ar cai e a poluição local se concentra, já que menos vegetação está disponível para filtrar partículas e gases”

Samya Gomes Veloso, profª do curso de engenharia civil da Estácio Brasília

capacidade de infiltração das chuvas e apresentam maior escoamento superficial, enquanto a umidade do ar cai e a poluição local se concentra, já que menos vegetação está disponível para filtrar partículas e gases”, explicou. Do ponto de vista social, a consequência aparece nas diferenças de conforto térmico, saúde e uso do espaço urbano. “Quem mora em áreas menos verdes convive com mais calor, mais poeira e mais riscos de problemas respiratórios, cardiovasculares e de bem-estar”, afirmou.

A especialista destacou que as ilhas de calor têm efeitos marcantes em regiões densamente urbanizadas, como Ceilândia, Samambaia e Águas Claras, sobretudo durante a seca. “O acúmulo de edifícios, pavimentos e materiais que retêm calor, como concreto e asfalto, eleva e prolonga as temperaturas, reduzindo o resfriamento noturno e aumentando o desconforto térmico”, disse. Na prática, segundo ela, isso se traduz em maior desgaste físico nas atividades diárias, aumento dos gastos com ventilação e ar-condicionado, maior consumo de energia e maior exposição à poluição acumulada, fatores que agravam problemas de saúde e reduzem a qualidade de vida.

Para Samya, o cenário pode ser compreendido como um caso de injustiça climática. “Fala-se em injustiça climática quando a periferia enfrenta mais calor, tem menos árvores e menor conforto térmico do que áreas centrais do DF, porque a distribuição desigual de infraestrutura verde e de serviços expõe mais pessoas vulneráveis a riscos ambientais, sem oferecer meios adequados de mitigação”, pontuou. Ela ressaltou que famílias com menor renda possuem menos condições de compensar os efeitos das altas temperaturas com soluções como climatização. “A desigualdade espacial se transforma também em desigualdade social, de saúde e de direitos urbanos”, acrescentou.

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Frederico Flósculo avaliou que um dos erros históricos do planejamento urbano do Distrito Federal foi a tentativa deliberada de não reproduzir, nos novos assentamentos, as soluções adotadas no Plano Piloto. Segundo ele, essa escolha aprofundou desigualdades dentro da própria capital. “Nas primeiras décadas de Brasília, houve o esforço proposital de não repetir as soluções do Plano Piloto nos novos assentamentos — chamados, erroneamente, de ‘cidades-satélite’. Não são cidades, não têm autonomia, nem são satélites nem devem ser desprovidas de vida própria”, afirmou.

O urbanista apontou fortes desigualdades ambientais entre diferentes áreas do Distrito Federal.

Desmatamento

Brasília tem redução

O Distrito Federal registrou a maior redução proporcional do desmatamento entre todas as unidades da Federação em 2024. Dados do Relatório Anual de Desmatamento (RAD 2024), da iniciativa MapBiomass, apontam que a área desmatada no território distrital caiu de cerca de 638 hectares em 2023 para 31 hectares em 2024, uma redução de 95,1%.

Segundo o Governo do Distrito Federal (GDF), parte da redução está associada ao fortalecimento das ações de monitoramento e fiscalização ambiental. Entre as medidas adotadas está a ampliação do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA), que reúne alertas de desmatamento, focos de calor e imagens de satélite para subsidiar a atuação dos órgãos de controle.

A ferramenta integra informações de diferentes bases de dados e permite o acompanhamento quase em tempo real de ocorrências ambientais. De acordo com o GDF, a incorporação automática dos alertas validados pelo MapBiomass tornou mais ágil a identificação de áreas desmatadas e a realização de vistorias, reduzindo o tempo de resposta das equipes de fiscalização.

Os dados também mostram que a redução do desmatamento não elimina outros riscos ambientais. Entre janeiro e meados de julho de 2024, o Distrito Federal registrou aumento de 94% nos focos de calor em comparação com o mesmo período do ano anterior, passando de 39 para 76 ocorrências. O crescimento acende um alerta para o período de estiagem, quando o Cerrado se torna mais vulnerável aos incêndios florestais e aos efeitos da baixa umidade.

“As diferenças nas qualidades ambientais do Plano Piloto, Lago Sul e Lago Norte são gigantescas, e inaceitáveis em uma cidade que deveria ser ‘republicana’ e impor padrões de qualidade ambiental que beneficiassem a todos”, afirmou. Para ele, esse cenário configura formas de discriminação territorial e social. “Há discriminação ambiental, há racismo ambiental, há a criação de vulnerabilidades e adoecimentos devido ao tratamento diferenciado das populações habitantes em uma mesma cidade — em todo o Brasil e também em Brasília”, disse.

Como caminho para reverter o quadro, Flósculo defende mudanças estruturais no planejamento territorial, especialmente por meio dos Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOT). Segundo ele, esses instrumentos têm potencial para estabelecer diretrizes ligadas à restauração ambiental, temperatura, umidade e proteção do Cerrado. “As grandes oportunidades para ‘virar o jogo’ da qualidade ambiental passam pelos PDOTs”, afirmou.